

INTELECTUAIS, DEMOCRACIA E PODER — AS ELITES ACADÊMICAS NO BRASIL¹

Zilda Márcia Gricolli Iokoi²

Acervo FFLCH/USP Imagens



Professores franceses, integrantes da missão que fundou a USP, e colegas brasileiros (São Paulo, 1934)

Os pragmáticos qualificam as lutas de resistência ao modelo do saber burocratizado como utópicas, e aperfeiçoam as estruturas de controle e de coerção sobre o conjunto da universidade. Eficiência, mercado, produtividade passam a ser as representações dos pragmáticos, que procuram derrotar a história e as tradições. Os utopistas reivindicam seu direito à reflexão, à maturação das ideias, à universalidade da vida universitária. Já em 1986, porém, o projeto a ser aplicado nas universidades adotou um programa de avaliação quantitativo e produtivista, e do qual dependeriam seus recursos

Neoliberalismo, crise de paradigmas, conciliação como fundamento dos processos democráticos, burocratização do saber como fim em si mesmo, aumento das desigualdades sociais, perda de valores éticos e morais ao mesmo tempo em que esses conceitos entram na ordem do dia, confusão entre o público e o privado, são problemas que aproximam as universidades brasileiras dos dilemas de Rosamundo, último personagem de Stanislaw Ponte Preta, o nosso querido Sérgio Porto, que conseguiu através de uma crítica política bem humorada aguentar a barra do grande *Febeapá*.

De origem humilde, Rosamundo “só não se tornou um marginal por ter sido ensinado por Tia Zulmira e não pelo plano de ensino de nosso Brasil”. Distraído, não se submeteu às exigências burocráticas dos programas de ensino, às idiossincrasias dos professores e às avaliações cada vez mais elaboradas por técnicas eficazes da ciência da computação e dos bancos de dados informatizados.

Não foi aceito nas universidades, mesmo tendo terminado o curso superior. Seu primeiro emprego foi no Ministério do Trabalho, como oficial de gabinete do ministro, no período em que o ministro esteve ausente do gabinete. Depois, fez várias atividades, foi até aeromoço, jóquei ou mesmo investigador de polícia. Sabia de tudo um pouco, e era muito distraído. Tão distraído que confundia produção com confusão, criação com enganação e acabou sendo consultor do Ministério da Educação para implementar o programa nacional de avaliação de desempenho dos universitários brasileiros. Foi um deus-

-nos-acuda! Como Rosamundo poderia avaliar a instituição que não o recebeu nem como bedel? Agitaram-se os acadêmicos contra a interferência externa, contra a opinião da sociedade, contra as prestações de contas.

Mesmo tendo sido lembrado aos acadêmicos que, embora andassem pelas universidades homens como Galileu Galilei, Giordano Bruno, Santayana, Caio Prado, Jacob Gorender e o próprio Sérgio Porto, eles não foram produtos institucionais e ousaram levar a aventura do pensamento contra o que estava pré-estabelecido por poderosas instituições. Estes homens não foram recusados por defenderem uma ideia, mas por defenderem o direito de ter qualquer ideia, lutaram na defesa da liberdade de pensar, de crer, de descrever, de discordar. Eles atestam o caráter conservador do pensamento que se institucionaliza contra a criação do novo, ou seja: contra o perigo do que não está domesticado, ou mesmo controlado por aqueles que se arvoram em detentores dos segredos do conhecimento. Foram homens que a instituição universitária não acolheu no momento em que suas ideias fertilizavam um debate sobre os projetos sociais, sobre o sentido e o saber universitários e sobre a natureza e seu movimento.

O quadro de intervenção e controle criado nas universidades tensiona hoje, mais do que nunca, as relações entre o ato criador e livre que a reflexão exige, e os interesses das estruturas de poder, gigantescas, dentro do sistema nacional de ensino superior. É preciso deste modo retomar o processo de criação das universidades brasileiras, uma vez que essa história particular permite um repensar sobre

os parâmetros e limites da democracia em nosso país. O professor Cristóvam Buarque, em sua obra *A Aventura da Universidade*, procura demonstrar que o conhecimento científico tem se constituído desde o século XVI em racionalidades de investigações e de cálculos que tiram o sonho do novo, da descoberta, das possibilidades que não têm um fim imediato, mas que podem abrir um universo de novas e ricas experiências. Citando o texto de Barnet Livitinoff, Cristóvam Buarque analisa as consequências para a modernidade se os reis católicos tivessem acatado o parecer dos acadêmicos de Salamanca sobre as justificativas da viagem de Colombo. O genovês não teria viajado, e seria outra a história da modernidade. É evidente que, do ponto de vista científico, os universitários acertaram os cálculos do diâmetro da Terra que o navegador genovês errara. Entretanto, a existência de um território desconhecido só foi revelada pelo sonho do navegador, que também defendia ideias consideradas estranhas pelo pensamento hegemônico daquele período.

No caso brasileiro, podemos dizer que houve menos Salamanca e mais Coimbra. Isto é, as primeiras experiências universitárias foram sendo realizadas em moldes mais livres das interferências das estruturas de poder, uma vez que as elites precisaram importar as genialidades acadêmicas do exterior para que pudessem, aqui, estimular uma geração de jovens radicais, que se dedicavam especialmente ao campo da literatura, das comunicações, das artes, a romperem com os esquemas cientificistas da velha Faculdade de Medicina, da Escola Politécnica e da Faculdade de Direito.

O projeto da USP buscava formar uma burocracia gerenciadora que atendesse às necessidades das elites. Entretanto, as áreas novas passaram a desenvolver estudos sociolinguísticos, sociológicos, históricos, desvendando as relações sociais, os conflitos de classes, a cultura popular, as questões indígenas

Um paradoxo interessante foi se realizando. As elites paulistas, interessadas em modernizar o país e em demonstrar que o poder econômico e o saber acadêmico centravam-se na região sudeste, em 1934 criaram a Universidade de São Paulo. O projeto matrizava-se pela necessidade de construir um sentido concentrador e hierárquico permitindo a formação de uma burocracia gerenciadora, encarregada da formulação de um sistema que atendesse às necessidades daquele setor social. Entretanto, as áreas novas, estimuladas pela missão francesa, passaram a desenvolver, cada vez com maior eficácia, os estudos sociolinguísticos, etnográficos, arqueológicos, sociológicos, históricos, desvendando as relações sociais, os conflitos de classes, a cultura popular, as questões indígenas, entre outras. É interessante destacar que os estudos mencionados, ao mesmo tempo que permitiam o co-

nhecimento e o controle dos grupos estudados, permitiam, também, a preservação da memória social plural que agia como elo agregador das articulações e da organização dos vários grupos identificados em suas reivindicações de inserção social.

Ao longo dos primeiros trinta anos, o desempenho tanto dos grupos de pesquisa, como os de organização de cursos, acervos e aparato institucional, desenvolveram outras experiências rumo ao acolhimento de novos projetos com objetivos e interesses distintos do projeto original da USP. Nesta mesma instituição, nos meados dos anos cinquenta, Florestan Fernandes reunia um grupo de estudiosos para dar início ao seminário permanente de estudos sobre *O Capital*, cuja necessidade motivava os jovens pesquisadores na apreensão do materialismo dialético e no desenvolvimento das operações intelectuais necessárias no entendimento do socialismo. Diferentemente dos procedimentos anteriores ao século XX, agora, as universidades aceitavam o futuro da civilização e passavam a lutar para justificá-lo. Na Europa e nos Estados Unidos, o debate ideológico ficou circunscrito aos limites da racionalidade e dos objetivos do projeto industrial. Nos vários países europeus, foi nas universidades que se desenvolveram os mais importantes centros de produção científica e tecnológica, definindo as chamadas áreas “duras” — e as áreas “moles”, como as ciências sociais, passaram a copiar seus modelos formais através dos quais seriam distribuídos os benefícios deste avanço. Nos países do Oriente, as universidades cresceram, mas não realiza-

ram a crítica radical dos aparatos de poder que elas mesmas ajudaram a desenvolver, e no terceiro mundo foram utilizadas como instrumento da balança de pagamentos, pois procuravam reduzir a necessidade de importações, também sem criticar seu sentido instrumental.

O crescimento das universidades, no mundo contemporâneo, tem exigido que elas se transformem em palco dos debates que se realizam em torno de demandas e processos sociais que não nascem dentro dela como instituição. Os estudantes, por exemplo, rebelam-se em busca de novos valores e padrões; entre os professores existem também propostas que são formuladas mas não incorporadas nem em currículos e nem em cursos formais. As novas ideias muitas vezes são realizadas fora da instituição, mas gravitam em torno dela, estimulando os debates na comunidade acadêmica.

A crença existente nos estudantes dos anos 1960 de que os acadêmicos seriam capazes de constituírem-se na chave da construção da **utopia**, graças ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia, não se efetivou. Mesmo considerando o grande crescimento do conhecimento e as proporções inimagináveis de respostas formuladas, as últimas décadas demonstram como as universidades se afastaram dos valores concernentes à construção da **utopia**, consumindo-se em reafirmar os elementos constitutivos da segregação e da exclusão social. Podemos encontrar elementos da mais radical engenharia genética, das sofisticadas operações de implantes e transplantes, da robótica etc., e não encontramos os cientistas

transformando a luta por distribuição social do conhecimento e dos benefícios da ciência. Um dos fenômenos mais gritantes é a fome, seguido das pestes, da crise educacional, que se espalham sobre a população do planeta, sem que essa corporação de mais de sete séculos se manifeste organicamente em favor dos interesses humanitários. Essa acomodação deve-se especialmente à sua recusa em ser inventiva, permitindo que a inventividade se realizasse desde o início deste século nos grandes laboratórios das empresas como a Watt, a Edison, ou as fábricas da Ford. O desequilíbrio entre o pensamento novo e a cartorização do saber esconde mediocridades que devem ser repelidas e promove um excesso de corporativismo atávico e autoprotetor que destrói o sentido mesmo da instituição, promovendo o tédio em lugar do estímulo, a complacência em lugar da crítica, e o paternalismo se interpondo à criatividade e à criação.

Currículos fechados, esquematizados, disputa entre campos do saber que se sobrepõem uns aos outros, hierarquias rígidas, cultura do xerox, precariedade na visão sobre as humanidades tanto das áreas “duras” como dentro dos próprios departamentos das humanidades. A existência de departamentos como elo agregador de currículo é algo que precisa ser rapidamente questionado. É evidente que a especialização aprofundou o campo específico do conhecimento, mas, hoje, a agregação de saberes supõe um perfil institucional amplo que permita o freamento da política de feudos, destruidora da inventividade e impedidora da globalização dos

processos de conhecer e de criticar as assertivas estagnadoras da aventura do pensamento.

A estrutura departamental tem permitido um processo de definição do perfil do profissional, tem servido de eixo organizador dos interesses da área específica e garantido um nível de especificidade aos processos burocráticos e de controle. Essa estrutura, entretanto, realiza o corte vertical na concepção do conhecimento e abre uma luta intestina na defesa de um conjunto de disciplinas cada vez mais numerosas e super especializadas, fazendo, nos cursos de graduação, recortes que têm impedido um processo de formação amplo e sólido para que o estudante possa, por si só, tomar decisões quanto a seu perfil. A fragmentação do saber e a superficialidade dos estudos desenvolvidos estão escondidas em jornadas didáticas estafantes, onde o conferencista explana por longas horas, sendo o aluno um ouvinte disciplinado. O tempo para desenvolver experimentos acompanhados, estudos em bibliotecas e mesmo um lazer cultural não está contemplado na montagem das “grades” curriculares. O espaço para debates públicos, para estudos orientados e para a criação do novo desaparece em prazos, avaliações quantitativas e sem projetos, na mediocridade que os burocratas criaram com objetivos exclusivos de controle.

Lamentavelmente, a crítica a esses padrões de fechamento desenvolvida e revelada pelo existencialismo sartreano e pelo autonomismo lefebvreano não impediu as chamadas reformas universitárias, que se iniciaram com os protestos estudantis contra a cátedra. Na França a insurreição

partiu de Nanterre, em maio de 1968, estimulando a luta pela liberdade de ser e o direito às alteridades, episódio que na Checoslováquia³ denominou-se como Primavera de Praga, atraindo imediatamente a repressão reveladora da ausência de liberdade nos países socialistas, e que no Brasil acirrou os militares golpistas a editarem o Ato Institucional nº 5 e o Decreto-Lei 477. Fechamento do Congresso e introdução da delação e repressão nas universidades, com a inauguração dos inquéritos policiais-militares, com a censura aos meios de comunicação e finalmente com as cassações de acadêmicos e de estudantes, iniciando um período de sombras muito escuras no processo de reflexão crítica e de questionamento à ordem colonial ainda sobrevivente na longa duração histórica.

Explicitou-se, naquele momento, a impossibilidade de convivência de um projeto de crescimento econômico e de consumo ao lado da utopia libertária que se pautasse, inclusive, nas observações de preservação do meio ambiente. As drogas, o tédio e as neuroses serviam para expor as insatisfações dos existencialistas, ao mesmo tempo em que revelavam o cinismo da modernidade como incorporação social ao mercado. Todos estavam integrados, mas a repressão exigia a integração dentro da ordem. Não importava que as drogas estivessem adentrando no mercado. Tratava-se de circunscrever seu controle pelos donos do poder, uma vez que as oposições e concorrências deveriam estar sendo eliminadas. A incorporação institucional do protesto, sua transformação em mercadoria e a desagregação tan-

to do conteúdo ideológico das lutas democratizantes, como das manifestações com vistas ao rompimento de rotinas alienantes foram sendo assimiladas e passaram a gerar um generalizado sentimento de frustração, desconforto e de medo do futuro. Vive-se um momento onde o trabalho se choca com a inquietação de quem o faz. Deste modo, as novas formas de gerenciamento e controle disputam com a tradição do fazer acadêmico, que foi sendo rotulada como utopista. Formam-se dois partidos: um deles é o dos pragmáticos, que através do discurso qualificam as lutas de resistência ao modelo do saber burocratizado como utópicas, e aperfeiçoam as estruturas de controle e de coerção sobre o conjunto da universidade. Eficiência, mercado, produtividade passam a ser as representações dos pragmáticos, que procuram, por todos os meios, derrotar a história e as tradições. No grupo dos pragmáticos, destacam-se aqueles que resolveram, aparentemente, se interpor aos burocratas, mas que, no âmago de seu ser, acabam querendo apenas substituí-los. O discurso é o de criar instituições menores, mais enxutas, que possam representar um espaço de ações agilizadas, de captação de recursos e de interferências diretas no centro do poder, ou seja: as reitorias. Trata-se, portanto, de um discurso liberal, que aceita os limites pragmáticos de lutar no sentido da maré, de não lutar contra a corrente e de se submeter aos pesos e medidas impostos ao conjunto da vida universitária. Contra a corrente, os utopistas reivindicam o seu direito ao tempo da reflexão, da maturação das ideias, da universalidade da

vida universitária, ou como afirmou Lígia Marcondes Machado, no *Jornal da Adusp*⁴, o direito ao café na cama.

Os pragmatistas, entretanto, não se detiveram na análise da contradição existente entre a invenção de sistemas de alta precisão, processos produtivos superacelerados e a manutenção do homem em jornadas de mais de 15 horas diárias de trabalho, exatamente como ocorria no final do século passado. Ao invés disso, não revelam por que a ciência e a tecnologia não conseguiram libertar o homem, que permaneceu escravo do trabalho. As crenças produzidas no século XIX, de um processo regenerador definido pela evolução tecnológica, não só produziram uma expectativa falsa como submeteram todos os anseios de liberação humana à lógica evolucionista. Em países como os latino-americanos, onde a dependência tecnológica persistiu de forma tão intensa, agregou-se a essa submissão a existência de excluídos que nem sequer constituíram-se em exército de reserva e já passaram a aparecer como “mão de obra sobran-te”, condenada à miséria e a condições de vida inteiramente desumanas. Deste modo, o tema das políticas públicas se colocou como uma das metas substantivas na superação das desigualdades profundas no momento atual. Os governos militares adotaram o conceito de políticas sociais com objetivo de institucionalizar o controle sobre a distribuição de rendas e, deste modo, empreender o processo de regulação política pela noção de produtividade econômica, privilegiando o setor associado aos projetos faraônicos construídos com os recursos da poupança e do FGTS⁵.

A discussão sobre as políticas públicas envolveu as universidades inicialmente com objetivos corporativos, através da demanda por carreiras e salários. A percepção de globalidade da exclusão, entretanto, motivou de modo claro a ampliação das discussões para os marcos de referência da necessidade de planos de desenvolvimento de ciência e tecnologia, de ampliação da produção de conhecimento e da necessidade de extensão de serviços a setores sociais excluídos, uma vez que para as empresas e os setores sociais privilegiados a apropriação do saber produzido pelas universidades tem sido direta. Esse processo de reconhecimento da necessidade de expansão dessas políticas motivou os chamados utopistas a se oporem de forma radical ao neoliberalismo e à política de redução dos compromissos do Estado nas áreas de saúde, educação, ciência e tecnologia, além de habitação, transporte, etc.

Inúmeros foram os ministros dos governos militares oriundos de universidades. As articulações dessa *intelligentsia* respaldavam as políticas governamentais, atraíam recursos para o setor de pós-graduação e promoviam a adesão de estudantes e de professores de forma acrítica

A problemática das lutas pelas políticas públicas determinou, também, os intelectuais das universidades a se constituírem como uma *intelligentsia* especializada em definir metas, estratégias e planos de desenvolvimento que pudessem ser entendidos como tecnicamente perfeitos na legitimação das vantagens comparativas internas às universidades e ao projeto dos grupos no poder. Inúmeros foram os ministros dos governos militares que saíram das universidades. As articulações desses acadêmicos respaldavam as políticas governamentais e atraíam recursos aos programas de desenvolvimento dos setores de pós-graduação, promovendo a adesão de estudantes e de professores de forma acrítica. As reformulações empreendidas foram sendo encaminhadas em duas direções: fragmentação e atomização dos grupos e do sentido universalista e especialização cada vez mais verticalizada. Os aspectos positivos desse processo realizaram-se de modo efetivo no desenvolvimento do conhecimento e da ciência. Os negativos, na submissão à política do favor e dos interesses interpessoais e na apropriação privada do conhecimento.

A crise dos governos militares não alterou de forma substantiva esse quadro. Em primeiro lugar, porque o partido pragmático procurou capitanear a adesão ao grupo que empreendeu a crítica radical aos governos militares; em segundo, porque a ideologia da competência técnica os qualificava para a adesão aos novos grupos que se constituíram na transição conservadora. É interessante perceber que, em 1986, o projeto criado para ser aplicado nas uni-

versidades definia a constituição de um programa de avaliação, quantitativo e produtivista, ao mesmo tempo que, através dessa avaliação, seriam definidos recursos e “níveis” para as instituições de ensino superior.

As lutas empreendidas pela sociedade civil ao longo dos anos 1980-90 não se efetivaram devido ao consenso entre os intelectuais, mas pelo posicionamento ético que as classes subalternas conseguiram produzir nos anos de resistência contra o discricionarismo dos governos militares. Assim, enquanto a sociedade civil assumia suas tarefas históricas, na universidade a reforma limitava-se a seus aspectos mais restritivos.

Se tomarmos como referência as articulações de Rosamundo no grande *Febeapá* tornado ficção por Sergio Porto, verificaremos que ele se organizou nos movimentos sociais e passou a ser cada vez mais respaldado por coletivos e não “acabou no Irajá”. Das oportunidades encontradas ao longo de suas peripécias pelas academias e ministérios, sensibilizou-se com as discriminações e exclusões sociais encontradas. Aconselhado por Tia Zulmira, procurou aliados nos de baixo, uma vez que os catedráticos perderam as cátedras e não a pose nem o poder de mando pessoal. Aliou-se a grupos reivindicatórios e fundou associações que mais tarde tornaram-se sindicatos. Organizou estatuintes pelo Brasil afora. Participou de colegiados para a proposição de políticas públicas e de novas formas de agregação de conhecimentos. A organização de setores coletivos bem definidos, coerentes, dotados de uma ética própria, passou a ser indispensável à consti-

tuição da democracia. Os conflitos se expressaram de forma clara e coerente, permitindo a solução de forma agregada e não como multidões atomizadas de interesses individuais.

Desses conflitos, resultaram identidades de classe, num processo prático e teórico. Exatamente como pode definir Antonio Gramsci, o processo prático enraíza-se nas formas de propriedade e do trabalho, expressa-se no desenvolvimento de costumes compartilhados e de uma ética própria, manifesta-se através de movimentos sociais e culmina em formas de associação gremial. O processo teórico tem raízes e ganha sentido no anterior, identifica-se com a direção intelectual e moral da classe, estando responsabilizados por esta tarefa os chamados intelectuais orgânicos. Deste modo, as tensões existentes entre os diferentes grupos não podem ser entendidas fora dos marcos em que elas se definiram.

Se tomarmos como parâmetro as questões que têm envolvido os intelectuais em seus debates públicos, poderemos verificar que têm proposto o tema da democracia social como radicalização consequente da idéia de soberania política do povo. Essa idéia fundamental está baseada na noção moderna de direito natural, sem a qual estaria definido o retorno ao absolutismo. Independente da dose de alienação existente na entrega da representação a outrem, essa representação não estaria definida nos limites do pensamento roussoniano. Os magistrados do povo e o poder de pressão da sociedade civil sobre a sociedade política podem garantir que a democracia esteja sendo construída e preservada. No que

se refere às universidades, podemos afirmar que, com as representações estudantis, de servidores docentes e não-docentes, é possível frear a entrega voluntária do conhecimento e dos vários campos do saber a grupos de controle e coerção cujas dificuldades de representação são cada vez maiores. As lutas empreendidas em defesa das políticas públicas e da universidade em geral englobam-se nos processos de constituição da soberania popular.

Este é o ponto atual das divergências entre os pragmáticos e utopistas. Os primeiros querem elaborar políticas a serem aplicadas sobre Rosamundo e os outros. Os segundos querem que Rosamundo e os outros se constituam como sujeitos reais do

Estado. Este quadro nos coloca desafios a serem superados, mas para os quais não temos senão um tênue quadro tendencial. O governo que ora se constituiu definiu a vitória dos pragmáticos, mas terá que dialogar com os utopistas ou retroceder para o Brasil arcaico⁶.

Trata-se de um momento ímpar nesta história republicana brasileira. A ação dos movimentos sociais permitiu a constituição de formas de enfrentamento autônomas das instituições do Estado, da velha dependência dos caciques regionais e mesmo das estratégias dos partidos políticos de esquerda. Essa ação garantiu, de um lado, a certeza da possibilidade de alteração de quadros e de processos políticos quando a sociedade define

intervir em defesa de seus interesses. Por outro lado, os políticos tradicionais precisam incorporar as bandeiras das lutas populares e seus temas, se estiverem disputando cargos públicos. Desde a crise do regime militar, a sociedade civil tem se apresentando à frente das lutas exigindo alterações no encaminhamento de suas questões. Das “Diretas Já” às CPIs do Congresso Nacional, o crescimento da consciência popular e a exigência de publicizar a política brasileira exigem das universidades total engajamento nestas lutas, uma vez que a vitória das demandas populares pode significar a superação do patrimonialismo, parte da longa duração braudeliana cuja origem remete ao projeto colonial português.

Bibliografia

- Ponte Preta, Stanislaw (Sérgio Porto). *O Festival de Besteira que Assola o País* (“Febeapá”). Rio de Janeiro, Editora do Autor, 1966.
- Ponte Preta, Stanislaw (Sérgio Porto). *Rosamundo e os Outros*. Rio de Janeiro, Editora Sabiá, 1968.
- Litvinoff, Barnet. 1492: *The Decline of Medievalism and Rise of Modern Age*, N. York, Scribner’s Editors 1991, p. 52.
- Machado, L.M. “Café na Cama”, in *Jornal da Adusp*, S. Paulo, nov. 1993. O PAEG (1964-66); o PED (1968-1970); o I PND (1970-73); o II PND (1974-79) e o III PND (1980-85) definiram serem atribuição do governo as políticas sociais, ao mesmo tempo em que aplicavam o arrocho salarial e a concentração de rendas.
- Augusto, M.H. “Políticas Públicas, Políticas Sociais e Política de Saúde: algumas questões para reflexão e debate”, in *Tempo Social*, Rev. Sociologia.
- USP S. Paulo, 1(2)105-119, 2º semestre, 1989. O Projeto GERES, à época ainda sendo implementado nas universidades, procurava estabelecer a existência de centros de excelência e de unidades vulgarizadoras do conhecimento, em lugar de definir um padrão unitário de qualidade, com desenvolvimento da pesquisa, da capacitação docente e dos projetos regionais de atuação.

Notas

- 1 Artigo publicado na edição número 1 da *Revista Adusp* (dezembro de 1994).
- 2 A autora é docente do Departamento de História da FFLCH.
- 3 Em 1993, esse país deixou de existir, dividindo-se em dois outros: a República Tcheca e a Eslováquia.
- 4 Periódico da Adusp publicado de 1986 a 1994, substituído em 1995 pelo *Informativo Adusp*, de publicação quinzenal (atualmente *Informativo Adusp Online*).
- 5 Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, criado pela Ditadura Militar (1964-1985) como forma de compensar o fim da estabilidade no emprego e fomentar a construção de moradias populares.
- 6 Referência à vitória de Fernando Henrique Cardoso nas eleições presidenciais daquele ano, à frente da aliança PSDB-PFL, e que daria início à implantação de um vasto programa de reformas neoliberais no país.